



Dr. Francisco Diago de Sousa Dantas



Advocacia & Consultoria jurídica

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE PICOS ESTADO DO PIAUÍ**

ROMARIO ALVES DOS SANTOS, brasileiro, Solteiro, autônomo, portador do RG: 3.451.051, SSP-PI e CPF: 070.316.163.-60, residente e domiciliado no Povoado Cristovinho, , Zona Rural, Picos – PI, com CEP: 64.600-000, por seu advogado abaixo assinado, instrumento procuratório em anexo, com escritório sito na Rua Coelho Rodrigues, nº. 391, 1º Andar, bairro Centro, nesta cidade, onde recebe intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C INDENIZAÇÃO POR
DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ: **09.248.608/0001-04**, por seu representante legal com endereço situado na Rua senador Dantas, nº 74, complemento 05, 06, 09, 14 e 15 andares, Bairro Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fatos e de direitos a seguir exposto.



I-DA PRELIMINAR:

I.1DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA:

Requer **o autor**, considerando os mandamentos contidos no art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88, na Lei nº 1.060/50, e artigo 98 e seguintes do NCPC, que seja lhe concedido o benefício da **Justiça Gratuita**, uma vez que, nos termos da declaração acostada, afirma ser **pobre**, não dispondo de condições para arcar com honorários advocatícios e demais custas processuais sem resultar em real prejuízo a seu sustento e de sua família.

Art. 98. § 2 A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

§ 3 Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Note-se que a **Constituição do Estado do Piauí** trata de forma específica sobre o direito pleiteado, senão vejamos:

Art. 7º – O consumidor tem direito à proteção do Estado.

Parágrafo único – A proteção ao consumidor se fará, dentre outras medidas criadas em lei, através de:



I – gratuidade de assistência jurídica
independentemente da situação social e
econômica do reclamante. (grifo nosso)

II-DOS FATOS

O requerente na data do acidente(dia 09 de Março do ano de 2019), pilotava sua motocicleta de marca Honda CG 160 Titan , ano 2016, cor Vermelha, placa PIG-2239/ Picos-Pi, chassi 9C2KC2210GR012161, , conforme B.O em anexo.

Ocorre que quando trafegava no sentido Povoado Cristovinho para o centro da cidade de Picos, que ao entrar na pista em direção ao Bairro centro da cidade de Picos/PI ,que ao efetuar uma curva se deparou com outra motocicleta, que não teve como evitar a colisão, que devido o acidente sofreu fatura no Dedão, que foi Socorrido por Populares e encaminhado ao Hospital Regional Justino Luz, tendo realizado a cirurgia ,tendo que que amputar o DEDÃO , conforme nº **BOLETIM DE Ocorrência Nº: 102315.001510/2019-49** . Conforme claramente relata a certidão de Ocorrência junta a esta, e laudo e demais documentos médicos.

Com isso, ciente do Seguro DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº6.194 de 19 de Dezembro de 1974, o requerente encaminhou o pedido administrativamente, cujo processo tramitou, afim de receber o valor definido na aludida Lei Federal, qual seja, 40(quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente do País(art. 3º, “b”), em razão das seqüelas oriundas do grave acidente.

Desta forma, considerando que o requerente amputou uma de suas partes do Corpo, qual seja: “**DEDÃO**”. causando com isso deformidade permanente com a não consolidação do trauma causada por acidente de trânsito, surge seu direito em receber indenização de seguro DPVAT integral ou seja o valor de 13.500(treze mil e quinhentos reais).



Dr. Francisco Diogo de Sousa Dantas



Advocacia & Consultoria jurídica

No entanto, Excelência, a seguradora somente efetuou o pagamento da quantia equivalente á R\$1.350,00(Um Mil Trezentos e Cinquenta Reais), valor este insignificante e insuficiente ao Dano Sofrido pela parte, Além das despesas suplementares com remédios, **Conforme se extrai das receitas e extratos de pagamento no valor de R\$125,00(Cento e vinte e Cinco Reais) e R\$:90,00(Noventa reais).**

No entanto, o autor até a presente data não logrou êxito no recebimento do seguro DPVAT administrativo corretamente. Pois teve o seu seguro PAGO PARCIALMENTE em valor insignificante e insuficiente, razão pela qual acorre ao Poder Judiciário para ver acolhido seu direito em receber o valor Restante ao qual tem direito, qual seja: R\$ **12.150,00(Doze Mil Reais e Cento e Cinquenta Reais).**

III-DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, por excesso de zelo e para que não persista qualquer dúvida, cumpre ressaltar a legitimidade da seguradora, ora requerida, para figurar no pólo passivo da presente demanda.

A requerida é seguradora regularmente conveniada junto à superintendência de seguros privados – SUSEP, sob o código FIP nº06238, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o art.5º, §4º, da resolução nº.109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte:

“Art. 5º , Para operarno seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

*§4º . Os convênios de que trata o caput deste artigo **deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a***



pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas”

Assim, como a ora requerida integra o mencionado consorcio que operam o seguro obrigatório DPVAT, a mesma é parte legítima para integrar o pólo passivo da presente lide.

IV-DOS FUNDAMENTOS

IV.1DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT:

Percebe-se claramente que a demandada é parte legítima, uma vez que a mesma integra o grupo de seguradoras responsáveis ao pagamento dos valores referentes ao seguro DPVAT, sendo também remunerada por sua atividade, vejamos:

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4 (grifo nosso).

§ 3º - Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo (grifo nosso).

Ademais, o artigo 1º da portaria nº 2797/2007 da SUSEP concede autorização à seguradora demandada, confirmando em igual teor pelo artigo 2º, a função de entidade líder dos consórcios, sendo que ela representará as seguradoras integrantes dos consórcios.



Com a simples observação do parágrafo 8º do artigo 5º da referida resolução, facilmente se percebe a clareza da legitimidade passiva da demandada, vejamos:

§ 5º O contrato de constituição do Consórcio deverá conter as regras de adesão e retirada das seguradoras e suas alterações deverão ser previamente aprovadas pela SUSEP.

O **EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** já teve a oportunidade de se manifestar **de forma unânime** considerando qualquer seguradora como parte legítima para integrar o polo passivo da demanda quando houver a cobrança do seguro DPVAT, vejamos:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.108.715 - PR (2008/0283386-8)

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR. SOLIDARIEDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 275, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

1. A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.

2. Com efeito, incide a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor.



3. Resulta claro, portanto, que o beneficiário do Seguro DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para o recebimento da complementação da indenização securitária, não obstante o pagamento administrativo realizado a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa.

4. Recurso especial provido.

VI-DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR:

Art. 14 do CDC - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

De acordo com o entendimento Doutrinário de Maria Helena Diniz (1999, p. 34):

“ Responsabilidade Civil: é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar o dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal

Cuida-se da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva às relações de consumo, consoante a qual, para caracterização do dever de



indenizar, basta à comprovação da existência do ato ilícito e do nexo de causalidade entre este e o dano sofrido pelo consumidor, sendo desnecessária qualquer averiguação acerca da ocorrência de culpa ou dolo do fornecedor.

No caso sob vergasta vislumbram-se claramente presentes os 03 (três) elementos configuradores do dever de indenizar, quais sejam:

Que o **ato ilícito, caracterizado pela omissão da demandada em pagar o valor Restante no prazo legal de 15 dias conforme determina o art. 22 da RESOLUÇÃO Nº- 154, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2006** abaixo citada.

Art. 22. Uma vez esclarecidos os fatos ou sanada, pelo interessado, a falha indicada na notificação expedida pela sociedade seguradora, esta deverá pagar a indenização no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da resposta.

O **dano moral, decorrente do abalo psíquico que vem suportando o demandante em razão de não poder utilizar o valor do seguro por completo para custear tratamento médico.**

E por ultimo, o nexo causal, consubstanciado no liame existente entre omissão na reparação e o prejuízo extrapatrimonial experimentado pelo vulnerável consumidor.

DO DANO MORAL

Assim transcrevemos, neste turno, magistérios doutrinários que visam à conceituação do tema cardeal a ser debatido: o dano moral sofrido pelo autor e o dever de indenizar.

Nos dizeres de Carlos Alberto Bittar,



"qualificam-se como morais os danos em razão da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo-se como tais àqueles que atingem os aspectos mais íntimos da personalidade humana (o da intimidade e da consideração pessoal), ou o da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social)

O CDC, em seu art. 6º, VI, é extremamente claro, ao prever que um dos direitos básicos do consumidor consiste na efetiva prevenção e reparação do dano moral.

A análise do evento em tela – do dano moral incrustado na esfera extrapatrimonial pertinente ao autor – exprime fertilidade no campo da responsabilidade civil, sob enfoque do Código Civil, o qual dispõe:

O art. 186. do Código Civil, por sua vez, prescreve que:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

No que atine ao ato ilícito propriamente dito, comenta o jurista Carlos Roberto Gonçalves :

*“Ato ilícito é, portanto, fonte de obrigação: a de **indenizar ou ressarcir o prejuízo causado**. É praticado com infração a um dever de conduta, por meio de ações ou omissões culposas ou dolosas do agente, das quais resulta dano para outrem” (Direito Civil Brasileiro, V. I, p.449):*

Além do mais, após constatar que a omissão em pagar o seguro ao titular do direito gerou um dano ao autor e não é possível em nenhuma hipótese aceitar a manutenção deste ilícito, uma vez que presente está à obrigação de reparação, assim transcrevemos a intenção do legislador expresso no próprio CC, vejamos;

“ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.



Colhe-se de precedente julgado no STJ que "na concepção moderna do ressarcimento por dano moral, prevalece a responsabilização do agente por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto, ao contrário do que se dá quanto ao dano material" (resp 708.612/ro, ministro cesar asfor rocha

Por outro ângulo, a indenização por dano moral tem como função alertar o réu para o comportamento danoso e mostrar à sociedade, que tal tipo de comportamento dará margem à justa punição. Para o juiz Sergio Pinto Martins, "a indenização por dano moral tem objetivos pedagógicos, de evitar que o réu incorra no mesmo ato novamente, visando desestimular ou inibir situações semelhantes".

jurisprudência majoritária do STJ:

"Na formação dos precedentes desta Corte, já se firmou que na ação de indenização por danos morais não se exige que o autor formule pedido certo e determinado quanto ao valor da condenação pretendida, a ser fixada, diante da dificuldade de mensuração, segundo o prudente arbítrio do juiz" (STJ – Terceira Turma, REsp 1313643/SP, rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 13.6.2012).

Por todos os lados que se analise presente está à responsabilidade da seguradora pela omissão e descaso na prestação de serviços.

Assim, conforme se infere na análise da narrativa feita acima, verifica-se perfeitamente a configuração do ato ilícito repudiado,



VII-DOS REQUISITOS PARA RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT:

O direito à indenização está vinculado apenas à demonstração da ocorrência do acidente com veículo e do dano ao autor, independente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida conforme determina a lei nº 6.194/74, vejam:

Art. 5º da lei 6.194/74 - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos

Analizando a documentação anexa percebe-se a ocorrência do acidente, e havendo dúvidas sobre o direito do autor, requer que V. Exa., determine a exibição dos documentos que integram o processo administrativo que resultou no pagamento parcial do referido seguro.



Como visto, os prejuízos suportados pela vítima independem de prova material para emergir o direito à reparação moral, bastando à comprovação da prática antijurídica perpetrada pelo ofensor

Ademais, somado a isso, tem-se uma farta documentação anexa ao processo como forma de demonstrar o corrido.

Como visto, os prejuízos suportados pela vítima independem de prova material para emergir o direito à reparação moral, bastando à comprovação da prática antijurídica perpetrada pelo ofensor.

DOS PEDIDOS:

Diante do exposto requer:

- A) A **citação da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** pelos **correios com aviso de recebimento “AR”** na pessoa de seu representante legal, no endereço acima indicado, para querendo, comparecer as audiências que forem designadas e apresentar defesa, no prazo e sob as penas da lei;

FPPC.Enunc.273 (art. 250, IV; art. 334, § 8º): Ao ser citado, o réu deverá ser advertido de que sua ausência injustificada à audiência de conciliação ou mediação configura ato atentatório à dignidade da justiça, punível com a multa do art. 334, § 8º, sob pena de sua inaplicabilidade

- B) A concessão da **inversão do ônus da prova** em favor do consumidor, tendo em vista a sua hipossuficiência e a verossimilhança das suas alegações, a teor do que autoriza o inciso VIII, do art. 6º, do CDC;

- C) Que seja **concedida a antecipação de tutela** para determinada a exibição do processo administrativo em audiência que resultou no



pagamento parcial pela demandada, fixando desde já multa diária no importe de R\$ 300,00 (Trezentos reais);

ENUNCIADO 96 da Jornada do CJF: Os critérios referidos no caput do art. 537 do CPC devem ser observados no momento da fixação da multa, que não está limitada ao valor da obrigação principal e não pode ter sua exigibilidade postergada para depois do trânsito em julgado.

D) Que seja condenada a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** a complementar o valor do seguro no importe de : R\$ **12.150,00(Doze Mil Reais e Cento e Cinquenta Reais).**

E) Que seja julgado procedente o pedido indenizatório, **condenando a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** a indenizar o requerente pelos **danos morais, em quantia a ser decidida por arbitramento deste douto Juízo**, a título compensatório e punitivo para que atitudes como estas não voltem a ocorrer;

STJ:Na formação dos precedentes desta Corte, **já se firmou que na ação de indenização por danos morais não se exige que o autor formule pedido certo e determinado quanto ao valor da condenação pretendida, a ser fixada, diante da dificuldade de mensuração, segundo o prudente arbítrio do juiz**” (STJ – Terceira Turma, REsp 1313643/SP, rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 13.6.2012).

F) A **concessão dos benefícios da Justiça Gratuita**, por se tratar de pessoa necessitada na forma da Lei n. 1.060/50, art. 5º, LXXIV, da CF/88, como também por se enquadrar no art. 7º, I da CE do PI c/c art. 53 da lei 9.099/95;



Dr. Francisco Diago de Sousa Dantas



Advocacia & Consultoria jurídica

G) A condenação do réu ao pagamento dos honorários advocatícios, estes na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ação caso haja Recurso interposto;

DAS PROVAS:

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelos documentos colacionados e exibição de documentos sem prejuízo dos demais meios que se fizerem necessários no curso da instrução processual, o que fica desde já requerido.

DO VALOR DA CAUSA:

Dar-se à causa o valor de R\$ \$ **12.150,00(Doze Mil Reais e Cento e Cinquenta Reais).**

Termos em que,
Requer deferimento.

Picos, 30 de MAIO de 2019.

Dr. Francisco diago de Sousa dantas

OAB PI nº 8526



Dr. Francisco Diago de Sousa Dantas



Advocacia & Consultoria jurídica